

A arqueologia do caos: os “mitos” da Historiografia brasileira sobre a escrita da História na Primeira República

Ivan Norberto dos Santos*

Ao contrário do restante da civilização, que olhava e caminhava para adiante, a história deslocava-se para atrás, procurando expurgar o caos, a desordem e o terror que ali pudessem ser encontrados.

Ricardo Benzaquen, Ronda Noturna.

Resumo: Esta comunicação tem como objetivo discutir algumas das concepções desenvolvidas ao longo do século XX pela Historiografia brasileira acerca da escrita da História no Brasil na Primeira República. Postulando a hipótese de uma grande complexidade, pluralidade e impremeditabilidade, tanto nas idéias, noções e projetos de História, quanto na produção efetivamente realizada pelos historiadores brasileiros no período que vai de 1889 a 1930, este trabalho pretende discutir o modo como um olhar retrospectivo da História da Historiografia submergiu sob juízos totalizantes a multiplicidade e riqueza de uma produção na qual conviviam ainda diferentes possibilidades e expectativas quanto à escrita acerca do passado.

Palavras chave: Historiografia brasileira - Primeira República - Escrita da História.

Abstract: The present work has the goal to discuss some of the concepts developed during the twentieth century by the Brazilian historiography about the writing of history in Brazil at the First Republic. Postulating the hypothesis of the great complexity, plurality and not premeditated choices, both in ideas, concepts and projects of history, as in the production actually consummated by Brazilian historians in the period of 1889 to 1930, this work aims to discuss how a retrospective look of the History of Historiography submerged under totalizing judgments the multiplicity and richness of a production in which even lived different possibilities and expectations for the writing about the past.

Key words: Brazilian historiography - First Republic - Writing of history.

As relações entre História e memória têm sido reconhecidas mais recentemente como mais complexas do que por muito tempo se chegou a suspeitar. Acompanhando as discussões de Fernando Catroga, não é um absurdo considerar que o historiador seria um agente produtor e reproduzidor de memórias. Ainda que seja uma memória específica, diferente da encontrada no senso comum ou nas ritualizações políticas, por exemplo, visto que o historiador parte de um problema, uma questão ligada às demandas do seu presente, e realize a sua prática de *anamnese*, o seu ato de lembrança, a partir dos *indícios* e *vestígios* do passado (CATROGA, 2001: p. 40, 50). Contudo, se a História como um todo cria um *certo tipo* de memória, a História da Historiografia, em particular, estabelece os ritos de recordação do passado *da própria disciplina*. Criar ou re-configurar esses ritos particulares significa conferir um sentido àquilo que se realiza enquanto História no presente. A tensão entre a História como um todo e à

* Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A pesquisa da qual resultou o presente trabalho foi realizada com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq-Brasil.

área da Historiografia como um campo específico da pesquisa historiográfica apresenta-se como aqueles conflitos familiares que se estabelecem sem que os envolvidos enxerguem a proximidade das suas posições. Desse lado, alguns trabalhos de Historiografia apontam a criação de uma memória realizada pelos demais historiadores, enquanto, salvo raras exceções, produzem exatamente o mesmo no seu próprio âmbito de pesquisa. Os demais historiadores, muitas vezes, acusam a Historiografia de construir uma mera canonização de autores e obras, sejam estes os heróis da disciplina, como Capistrano ou Varnhagen, ou os anti-heróis, como Rocha Pombo, por exemplo. Se levassem sua crítica mais adiante, e considerassem que, além de nomes de pessoas e livros, a Historiografia viria a canonizar ou sacralizar, correntes, análises e procedimentos historiográficos, talvez se reconhecessem como devedores dos colegas, enquanto aqueles especialistas que, afinal, ratificariam e cristalizariam aquilo que o conjunto dos historiadores continuamos a realizar, todos nós, sem maiores reflexões.

Uma dessas memórias ou mitos consagrados pelos estudos de Historiografia refere-se à própria constituição da disciplina. Se, em outros campos da pesquisa historiográfica, a idéia de progresso parece estar ao menos oficialmente, devidamente superada, ao se estudar o desenvolvimento da História como resultado de uma operação, parece ainda por demais implícita uma noção de uma evolução disciplinar, que vai de uma escrita mais primitiva para uma forma mais perfeita, correta ou adequada de se tratar o passado. Este constituiria o passado exclusivamente “positivista” e factual da produção historiográfica brasileira anterior à década 1930, ou a historiografia como um todo da Primeira República, considerada muitas vezes de forma panorâmica, como uma planície entre o trabalho fundador de Francisco Adolfo de Varnhagen e a tríade dos “redescobridores do Brasil”, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda. Planície essa na qual se destacaria pouco mais que a figura luminar de Capistrano de Abreu.

A imagem que conservamos como senso comum profissional acerca da historiografia no Brasil do século XIX e início do XX, possui, portanto, a marca de uma tradição que teve um papel relevante na trajetória do campo historiográfico brasileiro nos últimos cinquenta anos. Ao considerarmos a época recortada, é difícil não localizarmos imediatamente ali uma história política, positivista, eventual e historicizante, apontada e criticada desde a fundação dos *Annales* (FEBRVE, 1985: 117-121). Ainda que ensaiando os primeiros passos de uma História construída em conformidade com os bons métodos da produção do *conhecimento histórico*, em sua grande maioria, os “historiadores” brasileiros do dezenove e até meados dos anos trinta do vinte, realizariam pouco mais que um trabalho de crônica, salvo as raras e honrosas exceções. Tais exceções, por essa mesma razão, constituiriam hoje o panteão dos pais e mestres da nossa historiografia, reiterada e justificadamente citados e estudados pela disciplina que ajudaram a concretizar. Os demais, a imensa multidão dos cronistas e operários do conhecimento histórico, se limitariam aos seus textos factuais, sem teses ou reflexões mais aprofundadas, a maioria

com produções muito parecidas entre si, com exceção das filiações ou simpatias políticas, que sempre foram motivos de tensões no nosso meio intelectual, em particular na passagem do regime monárquico para o republicano. O problema consiste justamente em que a sugerida simplicidade e homogeneidade das concepções acerca da História, e suas respectivas produções, no recorte que interessa para o presente trabalho, do final do século XIX e início do XX no Brasil, não são ratificadas em sua totalidade pelo estudo das fontes mais pertinentes do período, nesse caso os textos dos próprios historiadores. Um movimento complexo, impremeditado, dinâmico, plural, no qual os múltiplos aspectos tivessem que ser levados em consideração por uma análise do que se pensou ou produziu como História nesse determinado tempo e lugar: essa talvez fosse uma forma de considerar o objeto da Historiografia de modo a não operar de modo demasiadamente inconsciente com o mito da evolução científica da disciplina histórica, de todos talvez o mais difícil de enfrentar.

Indagar acerca da Produção Historiográfica no Brasil da Primeira República, no sentido sugerido, implicaria em proceder uma verdadeira *arqueologia do caos*. O tratamento “arqueológico”, apropriado aqui das propostas de Michel de Foucault, (FOUCAULT, 2008: 148-157; 176-186) em seus aspectos descritivos e não normativos, observando as “camadas” dos diferentes discursos em diálogo, num trabalho de comparação, tanto extensiva quanto intensivo dos textos, permitiria *expor* a complexidade e a pluralidade das concepções intelectuais em jogo, sem ter que atribuir às mesmas a idéia de um encadeamento causal.

O principal aspecto da discussão, a ser destacado, consiste na constatação nos autores e documentos do período indicado, de uma preocupação, ainda que não sistemática, de *pensar e discutir* questões relacionadas à produção de um texto de História que desse, mais ou menos, conta, ou, simplesmente, abordasse o passado. Tal atitude, ainda que apareça de modo esporádico e ocasional, perturba a imagem usual do consenso em torno de uma História denominada pela História da Historiografia no Brasil para a primeira República, como História positivista. Nem mesmo a cientificidade da História parecia estar, então, estabelecida como líquida e certa. As diversidades de posições não são facilmente identificáveis, passando por aspectos sutis, os quais, todavia, acabam por se tornarem determinantes no desenvolvimento dos diferentes trabalhos e da maior ou menor aceitação de determinados autores como bons ou maus historiadores. Considero o período em questão, com relação à historiografia brasileira, como um território em aberto, no qual o debate, mesmo quando não se transformava em polêmica explícita, ao menos se colocava diretamente. Certas afirmativas, hoje menos comuns, acerca do fazer da História, podiam ainda ser enunciadas, embora talvez precisamente nesse momento tenham começado a cobrar o seu preço no meio intelectual brasileiro.

Um elemento significativo nesse sentido refere-se à questão dos documentos, ou o que se convencionou chamar de Escola Metódica. Não parece haver dúvidas, ao menos entre os autores aqui

discutidos, de que a História se faria a partir de documentos. Todavia, alguns indícios apontam para uma considerável complexificação desse aspecto.

Ainda que indispensável para a época, qual seria o papel da análise documental na construção do conhecimento historiográfico na Primeira República? O que definiria, em última instância, no período, o trabalho do historiador? Quais as fontes que deveriam então ser consideradas relevantes para a construção da História? Esses pequenos detalhes, embora pareçam insignificantes, resultaram em trabalhos diferentes, definiram trajetórias, equacionaram, temporariamente e a seu modo, os debates e tensões então produzidos, e interfeririam posteriormente com as recepções e juízos, não apenas de personagens ou autores, em seu próprio tempo, mas principalmente, quanto às operações que, como História, os mesmos viriam a concretizar, ou seja com as memórias e mitos relacionadas a nomes e procedimentos

Por outro lado, as discussões nas quais se pode observar, nos últimos anos do século XIX e os primeiros do XX, alguns dos dispositivos considerados como determinantes para a cientificidade da História no Brasil, apontam, em sua maioria, para uma concepção de ciência que apresentasse como finalidade última a descoberta dos elos e encadeamentos entre os fatos, que permitiriam, ainda que numa época futura, o encontro das leis que regulassem a marcha do desenvolvimento humano. O caráter científico da História estaria definido pela possibilidade de se chegar, a partir dos eventos, à abstração, ora da síntese, ora da generalização sociológica ou filosófica que possibilitasse ir além da simples narrativa, revelando das mesmas o seu sentido último, regulador.

Apesar da antiga oposição discursiva entre os defensores de uma construção metódica de uma História científica e os representantes egressos da Filosofia da História, o critério sistemático aparece nos textos como um componente, ainda que não como o aspecto central de uma escrita histórica entendida como produção de conhecimento acerca do passado. Contudo, a busca pela síntese e pelas leis gerais da História, constituiriam um amálgama de diferentes tradições, entre elas incluída a herança da história filosófica do século XVIII. As apropriações de diferentes elementos, de cunho positivista ou cientificista, igualmente não causariam maiores reparos na pesquisa contemporânea. O que chama a atenção, no entanto, é a convivência de alguns desses elementos, no período estudado, tanto lado a lado, em certos textos, quanto às vezes, nas posições apresentadas por um único autor.

Um trabalho bastante consideravelmente elaborado do ponto de vista conceitual, abordando diretamente a questão da cientificidade da História, foi publicado em 1900 pelo intelectual Pedro Lessa. Tratava-se de um ensaio introdutório à primeira edição brasileira da *História da Civilização na Inglaterra*, de Buckle, publicada em 1900, com o título: “É a história uma ciência? - Introdução à História da Civilização de Buckle”. Esse mesmo texto veio a ser reproduzido em 1908 na Revista do IHGB com o título “Reflexões sobre o conceito da História” (LESSA, 1900; 1908).

Pedro Lessa considerava o conceito moderno de História como o resultado de uma teoria científica da História e concordava que essa deveria ser construída a partir de um esforço metódico e sistemático rigoroso. Contudo, contrariamente a Buckle, considerava que o resultado desse trabalho não constituía, por si, um conhecimento científico. A fragmentação dos fatos históricos tornaria impossível a constituição de um conteúdo científico próprio para a História, e, por conseguinte, o estabelecimento, pela própria disciplina, das leis históricas. O critério de cientificidade defendido por Lessa estava baseado na capacidade de estabelecer “relações constantes de sucessão” a partir de semelhanças e regularidades encontradas nos fenômenos sociais, tarefa esta melhor realizada pela sociologia e as ciências antropológicas (LESSA, 1908: 278-284). A Filosofia da História, entre a qual Lessa incluía as propostas de Augusto Comte, produziria generalizações abstratas que não deveriam ser confundidas com um esforço propriamente científico. A história metódica constituiria, portanto, uma disciplina capaz de oferecer uma descrição dos fatos cientificamente classificados para um posterior trabalho das ciências sociais: “a função da história consiste em coligir e classificar metodicamente os fatos, para ministrar os materiais que servem de base às induções da ciência social fundamental e das ciências sociais especiais” (LESSA, 1908: 270).

Silvio Romero foi outro autor da época a discutir aspectos semelhantes da produção historiográfica, formulando uma proposta particular de uma Teoria da História do Brasil. Romero propôs critérios que serviriam para pensar as questões relacionadas à construção do *conhecimento histórico* do seu tempo e lugar, como um todo. Um dos objetivos da sua História da Literatura seria “encontrar as leis que presidiram e continuam a determinar a formação do gênio, do espírito, do caráter do povo brasileiro.” Pretendia escrever uma história naturalista da literatura brasileira, utilizando o critério popular e étnico para explicar o caráter nacional e mobilizando o “critério positivo e evolucionista da nova filosofia” para tratar das “relações do Brasil com a humanidade em geral”. Tais preocupações de procurar o caráter do brasileiro, construindo uma identidade para a nação através de uma escrita sobre o passado, era um ponto de convergência para o trabalho de grande parte dos intelectuais das últimas décadas do século XIX e começo do XX no Brasil. Portanto, as reflexões de Romero acerca da História tratam de demandas comuns à maioria dos *historiadores* do seu tempo (ROMERO, 1980: 55-57). É sintomático desse tipo de demanda que Sílvio Romero tenha proposto, portanto, não uma teoria geral da História, mas um teoria específica da História para o Brasil:

A teoria da história dum povo parece-me que deve ser ampla e compreensiva, a ponto de fornecer uma explicação completa de sua marcha evolutiva. Deve apoderar-se de todos os fatos, firmar-se sobre eles para esclarecer o segredo do passado e abrir largas perspectivas na direção do futuro. Seu fim não é só mostrar o que esse povo tem de comum com os outros; sua obrigação é ao contrário exibir os motivos das originalidades, das particularidades, das diferenciações desse povo no meio dos outros. (ROMERO, 1980: 68-69).

Desse modo, não apenas o conteúdo de um trabalho historiográfico deveria atender à busca do caráter nacional, mas os próprios aspectos conceituais que serviriam de base para tal História teriam que ser estabelecidos segundo as particularidades do desenvolvimento de um determinado povo.

Para Sílvio Romero o esforço historiográfico deveria ir além de uma mera construção “pinturesca”, uma descrição romanceada dos fatos, elevando-se através das operações de generalização, a uma “história filosófica e naturalista.” Essa proposta indica uma apropriação de diferentes concepções, reunindo uma retórica que remete à filosofia da História, com uma aplicação do método crítico para a História, tendo contudo ainda como referencial as ciências naturais (ROMERO, 1980: 55, 70). Apesar disso, as conclusões do crítico literário acerca da cientificidade da História, estão longe de sugerir uma identificação entre as ciências exatas e a História. Aplicando um critério evolucionista ao próprio “desenvolvimento histórico” das ciências, Romero afirma que:

Ao lado da nova classificação das ciências que se desenvolve na ordem crescente da complexidade dos fenômenos e na decrescente da sua generalidade, poderia, a meu ver, inscrever-se outra, não como classificação orgânica das ciências, senão como uma notação histórica de seu desenvolvimento, no que diz respeito ao grau atingido de sua certeza. Não seria inexato, por esta forma, dizer que elas têm sido ciências propriamente ditas, quase ciências e falsas ciências. Quem não colocaria entre as primeiras – a matemática, a astronomia, a física...; em o número das segundas – a psicologia, a história, a economia política...; e no terceiro grupo – a metafísica e a teologia clássicas, desconcertadas irmãs da astrologia e da alquimia? Toda a ordem de estudos, tendo por objetivo o homem e a sociedade, tem ficado por enquanto na segunda classe, por não haver atingido aquele grau de certeza que constitui o brilho próprio das completas ciências. A história acha-se aí; e por maiores que tenham sido os esforços de Buckle e seus continuadores, ela parece resignada a não deixar por ora o círculo das suas companheiras: as quase-ciências. (ROMERO, 1980: 71).

Outro intelectual que contribuiu para o debate acerca do fazer historiográfico na Primeira República foi José Oiticica. Filólogo, professor e intelectual anarquista, Oiticica publicou, entre abril e agosto de 1910, uma série de artigos na *Revista Americana*, discutindo algumas concepções sobre a História, tendo como ponto de partida o texto de von Martius, publicado pela revista do IHGB em 1845. O convite ao paralelo é estabelecido prontamente pela utilização como título dos artigos daquele mesmo pertencente ao trabalho de Martius, “Como se deve escrever a história do Brasil”. Oiticica critica no seu texto, ponto a ponto, as propostas apresentadas por von Martius para a escrita de uma História do Brasil. Mas o maior erro do botânico e pensador alemão teria sido, segundo Oiticica, partir de um sistema teórico prévio, um “plano geral da filosofia histórica”, a partir do qual pudesse chegar à “interpretação dos fatos.” (OITICICA, 1910, Parte I: 109-116).

Ao contrário de outros intelectuais de seu tempo, Oiticica não sugere, portanto, que a partir de um trabalho de investigação dos eventos se chegue às leis gerais da História. Mas que a partir de um sistema teórico prévio se possa chegar uma interpretação mais ou menos exata dos fatos. Com isso a sua proposta remete a uma concepção da História como uma ciência experimental:

Não houve ciência que se formasse abstendo-se desse poderoso meio de estudo, nenhuma acelerou a marcha para a pesquisa de suas leis sem discriminar previamente os fenômenos característicos, agrupá-los, seccioná-los, de tal arte que as analogias por si mesmo falassem e por si mesmos os contrastes revelassem as divergências essenciais. .”(OITICICA, 1910, Parte I: 117).

Oiticica postulava, portanto, a possibilidade de uma “ciência da História”, dentro dos moldes de um sistema próprio. Segundo a sua concepção, os fenômenos históricos seriam fenômenos concretos. A história faria parte das ciências sociais, e os fenômenos históricos fariam comporiam a “dinâmica social”, que se manifestaria na composição das sociedades, como uma “energia” que assumiria diferentes feições: energia física, mental, moral, prática e social. Tais energias seriam expressas através “força humana”, cujo estudo da sua evolução estaria a cargo da História. Essa evolução não seria, porém, inexorável, podendo ocorrer regressões e estacionamentos, o que vem a contradizer o princípio evolutivo propriamente. Pode-se perceber no texto de Oiticica a incorporação de uma terminologia diferente da geralmente utilizada pelos intelectuais brasileiros de sua época, geralmente marcada mais pelo vocabulário das ciências biológicas, do que o da Física, como parece ser o caso do pensador anarquista. Investigar o passado teria por finalidade “indagar quais as tendências atuais da nossa sociedade e quais os problemas urgentes a resolver para o desenvolvimento da nação.”. Esse estudo possibilitaria a verificação das forças favoráveis ou desfavoráveis, como a tradição, o tipo social, para em seguida determinar quais problemas a resolver. O estudo da sociedade implicaria um trabalho de análise, mas o seu fim, para a História, seria um esforço de síntese. Todavia, Oiticica afirmava que não entendia por análise a pesquisa dos fatos através dos documentos: “isso é tarefa de eruditos. Análise é o estudo comparativo dos fatos para determinar o valor de cada qual, a sua significação, a sua extensão, a sua intensidade” (OITICICA, 1910, Parte I: 114-116). Portanto, a presença de um sistema classificatório prévio a ser testado, a análise comparativa dos eventos e a síntese interpretativa resultante comporiam as operações necessárias para a realização de uma “ciência da história”, segundo José Oiticica. Mais uma vez pode ser observada a tensa relação entre os procedimentos metódicos que fundamentariam a construção do *conhecimento historiográfico* e a própria noção de cientificidade da História. Mesmo num autor que postula um caráter científico para a disciplina, a posição ocupada pela investigação documental é apresentada como uma tarefa menor. Uma postura semelhante pode ser encontrada em outros autores, tais como Manoel Bomfim e João Ribeiro. Para João Ribeiro, por exemplo,

a erudição é a maior amiga e a pior inimiga da história. A documentação deve ser elítica e separada; como na pintura deve sentir-se a cor e não deixar muito visível o desenho das linhas. Os nossos historiadores, e Varnhagen é um exemplo modelar, confundem a historiografia e a história, e fazem da vida uma função de arquivos e cartórios. Este seco e árido materialismo dos papéis velhos embota a imaginação e, armando aos papalvos, com seu cemitério de almas penadas, impede a comunicação com os vivos. É verdade que os ossos ficam e são por isso mais acessíveis; todavia, o passado não pode ser composto de esqueletos. Há de ser vida ou coisa nenhuma. (RIBEIRO, 1961: 430).

Os significados de uma escrita histórica e o estatuto epistemológico do trabalho do historiador tornavam-se peças fundamentais do debate maior e passavam por contínuas tensões e atualizações. Nesse contexto os critérios para julgar um trabalho de história como bem realizado não se limitariam apenas aos procedimentos reguladores da crítica documental. As referências à necessidade de um esforço de síntese como fundamentais para a concretização de uma ciência histórica adquiriam um papel cada vez mais relevante. Tristão de Alencar Araripe, por exemplo, julgava o trabalho de Varnhagen como o de um pesquisador que possui méritos enquanto “investigador de fontes históricas”, mas não como “historiador” (HANSEN, 2000: 44). Manoel Bomfim, ele próprio avesso ao trato com os arquivos, sem, por isso deixar de produzir relevantes contribuições à historiografia (GONTIJO, 2003: 141), tratava o esforço de pesquisa, representado em Varnhagen, como o trabalho de um mero “escarafunchador de arquivos” (BOMFIM, 1930: 122).

O próprio Capistrano de Abreu, para quem um trabalho historiográfico não poderia ser realizado sem se haver procedido primeiro uma rigorosa operação de crítica e interpretação dos documentos, formula uma crítica a Varnhagen permite nesse sentido:

É pena que ignorasse ou desdenhasse o corpo de doutrinas criadoras que nos últimos anos se constituíram em ciência sob o nome de sociologia. Sem esse facho luminoso, ele não podia ver o modo por que elabora a vida social. Sem ele as relações que ligam os momentos sucessivos da vida de um povo não podiam desenhar-se em seu espírito de modo a esclarecer as diferentes feições e fatores reciprocamente. Ele poderia escavar documentos, demonstrar-lhes a autenticidade, solver enigmas, desvendar mistérios, nada deixar que fazer a seus sucessores no terreno dos fatos: compreender, porém, tais fatos em suas origens, em sua ligação com fatos mais amplos e radicais de que dimanam; generalizar as ações e formular-lhes teorias; representá-las com conseqüências e demonstração de duas ou três teorias basilares, não conseguiu nem conseguí-lo-ia. (RIBEIRO, 1961: p. 430).

Entre os critérios necessários ao trabalho de um historiador, para além do trabalho erudito com a documentação, deveria, portanto, estar presente a capacidade de produzir sínteses e encontrar regularidades que dessem conta das noções de unicidade e irrepetibilidade dos eventos; da continuidade de um nexos causal direcionado para o futuro; além, para alguns autores, da capacidade de relacionar este conhecimento com um arsenal teórico. Sem a capacidade de síntese e de abstração das leis do desenvolvimento histórico, um investigador de documentos não seria, definitivamente, considerado, portanto, um historiador completo.

José Oiticica enumerou em seus artigos as qualidades e o preparo necessários à formação de um historiador: a capacidade, tanto de análise quanto de síntese; a imparcialidade: “a observação é corriqueira, mas convém repetir-se por ser exatamente a mais rara”; uma moral diferente da moral vulgar: “deve o filósofo possuir do mal noção diferente da vulgar, pois ele é, como tudo, coisa relativa.”; uma sólida base científica, cultura enciclopédica, entendida como a aquisição de noções mínimas das leis científicas em vários campos, com destaque especial para a geografia e a psicologia; e por último, a arte de expor (OITICICA, 1910, Parte IV-V: 199). Esse último item indica outro ponto em debate em torno

da História na Primeira República, que são as relações entre o fazer historiográfico e a arte da boa escrita, e, por extensão, entre História e Arte.

João Ribeiro afirmava que “as qualidades literárias, o senso crítico e a arte de bem escrever” constituíam elementos indispensáveis a quem quisesse “fazer história” (RIBEIRO, 1961: 141-142). José Oiticica, completando sua lista de requisitos, asseverava que “não é de desprezar uma perfeição de estilo capaz de infundir alma às reconstituições e tornar indesmontáveis as induções filosóficas. Sem forma e sem calor, é inútil abalançar-se o maior sábio a erguer o monumento da nossa história.” Indo ainda mais longe, enfatiza, em outra passagem: “pouco fará o historiador se não for, acima de tudo, um escritor.” (OITICICA, 1910, Parte III: 422).

Os elementos considerados próprios da construção do texto escrito não eram ainda tomados, portanto, como um “artifício” contrário à operação historiográfica. Ainda que Varnhagen, o futuro pai da historiografia brasileira, manifestasse com orgulho a capacidade de escrever sem os dotes da boa escrita, afastando-se, ao menos em suas pretensões, do texto poético (CEZAR, 2007: 306-312), essa atitude não era também ainda objeto de consenso. Uma crítica, formulada por Capistrano de Abreu, novamente a Varnhagen, indica que também nesse aspecto o historiador cearense não apresentava uma rigidez “positivista”: “Varnhagen poderia, entretanto, apresentar obra melhor, se como fica dito acima, não lhe faltassem aptidões artísticas: isto é se ele fosse capaz de ter uma intuição do conjunto, imprimir-lhe o selo da intenção e mostrar a convergência das partes”. (ABREU, 1975: 140). Deve ser observado que Capistrano de Abreu não criticava a escrita, a forma de exposição do texto de História em Varnhagen, mas parece antes estabelecer como fundamentais para um bom historiador características que fariam parte do trabalho do artista. Ou seja, mesmo em Capistrano, um *ícone* para a realização de um moderno trabalho metódico-científico em História no Brasil ao longo do século XX, uma associação absoluta entre História e Arte não parecia estar ainda inteiramente arraigada.

O exame das fontes permite indicar de modo inequívoco a complexidade das discussões, nos lugares onde essas ocorreram, e das tensões, que a meu ver perpassam implicitamente todo o esforço historiográfico da Primeira República, em torno de diferentes aspectos da escrita da História. Não quero propor que não houvesse regularidade, intertextualidades, referenciais teóricos, concepções em comum e um compartilhamento de conceitos e noções, no meio intelectual brasileiro do período. Mas parto da hipótese de que tais aspectos não eram *únicos*, existiam lado a lado e ao mesmo tempo, que as dúvidas, concepções plurais ou paradoxais e permanências de diferentes tradições acerca da História, por parte dos seus realizadores. Se a História seria ciência, arte, ou ambas ao mesmo tempo; qual o lugar do método na determinação de quem seria ou não um bom historiador; qual a importância da escrita para a produção historiográfica do período; essas e outras questões semelhantes indicam o embate entre

posições que se tornariam cada vez mais hegemônicas, e outras, consideradas cada vez mais ultrapassadas, equivocadas, ou *amadoras*, interferindo com o rumo assumido por determinadas escritas.

Todavia, um aspecto em particular precisa ser marcado, que vem a ser o fato de os intelectuais, polígrafos, obreiros da História ou historiadores da Primeira República, tanto os ligados a um espaço institucional, como o IHGB, quanto os que atuavam fora do mesmo; tanto os que foram posteriormente canonizados pela História da Historiografia, como os que foram deixados fora desse cânone, estavam preocupados em pensar os problemas e questões relacionadas à sua disciplina. Ainda que tais reflexões fossem assistemáticas, muitas vezes esporádicas, múltiplas e cambiantes, isto se contrapõe à historiográfica que atribui a quase todos eles a pecha de um positivismo atávico e uma pobreza intelectual, lembrando a sua dignidade como pensadores e produtores de História, conquanto que a partir de diferentes concepções de escrita sobre o passado.

Referências bibliográficas

- ABREU, Capistrano de. Sobre o Visconde de Porto Seguro. In: _____. *Ensaio e Estudos: crítica e história*. Rio de Janeiro, Brasília: Civilização brasileira, INL, 1975. p. 131-135.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Ronda noturna*: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1(1): 28-54, 1988.
- BOMFIM, Manoel. *O Brasil na história*: deturpação das tradições, degradação política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.
- CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Editora Quarteto, 2001.
- CEZAR, Temístocles. O poeta e o historiador Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. *História Unisinos*. v. 11. (3). p. 306-312. set-dez. 2007.
- FEBRVE, Lucien. *Combates pela História*. 2. ed. Lisboa. Editorial Presença, 1985.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim*: "pensador da história" na Primeira República. *Revista Brasileira de História*. jul. 2003, vol.23, n. 45.
- HANSEN, Patrícia Santos. *Feições & fisionomia*: a História do Brasil de João Ribeiro. Rio de Janeiro: Access, 2000.
- LESSA, Pedro. É a história uma ciência? (Introdução). In: BUCKLE, Henry Thomas. *História da civilização na Inglaterra*. vol. I. Vertida para o português por Adolpho J. A. Melchert. São Paulo: Tip. da Casa Eclética, 1900. p. XI-CXXXV.
- LESSA, Pedro. Reflexões sobre o conceito da História. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 69, parte II, 1908. p. 194-285.
- MARTIUS, Carl Friedrich Philippe von. Como se deve escrever a História do Brasil. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 6 (24) 1845: 381-403.
- OITICICA, José. Como se deve escrever história do Brasil. *Revista Americana*. Parte I, II, III, IV-V. Rio de Janeiro: abril, maio; junho; julho/agosto de 1910.
- RIBEIRO, João. *Crítica*: Historiadores. Obras de João Ribeiro. vol. VI. Rio de Janeiro: Publicações da ABL, 1961.
- ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. 7. ed. vol. 1. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1980.